



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO – SERGIPE

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2023

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA.

Publique-se, providencie-se o contrato.

São Francisco/SE, 22 de dezembro de 2023.

ANTONIO FELIPE FILHO

Presidente da Câmara Municipal de São Francisco/SE

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da Portaria nº 04, de 02 de janeiro de 2023, vem justificar o **FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA COM VELOCIDADE DE 100 MBPS E ACESSORIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA** com a empresa **FABIO DE SENA NASCIMENTO - ME – CNPJ Nº 28.925.057/0001-10**, em conformidade com o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

CONSIDERANDO, que na Administração Pública em regra todos os contratos sejam precedidos de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 24, inciso II, trata da dispensa de licitação para compras e serviços de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II, do art. 23, do mesmo Diploma Legal, sendo este valor equivalente a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

CONSIDERANDO, que de acordo com a planilha orçamentária dos serviços constatou-se que a média de preços apurada está dentro do limite previsto no art. 24, inciso II, da lei de licitações e suas posteriores alterações, sem a premente necessidade de proceder à abertura de processo administrativo de licitação, vez que o valor orçado, não ultrapassou o valor estabelecido no art. 23 e seus dispositivos, ou seja, R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO – SERGIPE

CONSIDERANDO, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pela Câmara Municipal de São Francisco/SE.

CONSIDERANDO, que conforme dito anteriormente a Câmara Municipal de São Francisco/SE teve o cuidado de pesquisar os preços no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias e importantes para a composição dos preços.

CONSIDERANDO que, contratação de empresa de internet tem por justificativa melhorar a qualidade dos serviços que são prestados por esta Casa Legislativa e deixar a execução das atividades diárias mais eficientes, eficazes e céleres.

CONSIDERANDO que, em relação ao objeto em questão, a inviabilidade da licitação decorre não em razão da falta de competitividade entre os possíveis interessados, mais se torna a licitação neste caso inconveniente aos objetivos da administração quando colocado à tona a equação custo-benefício, verificou-se que a licitação traria maiores custos a administração do que benefícios, além do que, este aparentemente demonstrado no processo à pequenez do valor estimado para a contratação.

CONSIDERANDO, que de acordo com o levantamento de preços feito, constatou-se que a empresa **FABIO DE SENA NASCIMENTO - ME – CNPJ Nº 29.925.057/0001-10**, cotou o menor preço para a prestação dos serviços objeto deste processo, baseado no que prescreve o Art. 24, Inciso II, da lei nº 8.666/93, com a referida empresa, por um período de 12 (doze) meses.


Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São Francisco/SE, pelo acatamento da contratação e se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a exigência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Francisco/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua pu



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO – SERGIPE

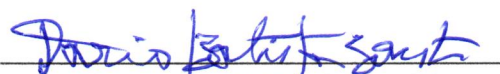
blicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

São Francisco/SE, 22 de dezembro de 2023.



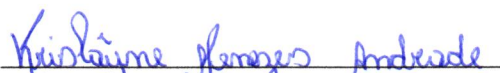
MICAELA SANTOS ARAUJO

Presidente da C.P.L



DARIO BATISTA SANTOS

Secretário da C.P.L



KRISLAYNE MENEZES ANDRADE

Membro da C.P.L